

ATA “DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SNPA – Pesquisa Cadastral”

Elaborada por Adriana Helena Gama dos Santos

Logo após a apresentação sobre a Pesquisa Cadastral Estrutural (PCADE), pelo Sr. Marcelo de Moraes Duriez (IBGE/COAGRO), deu-se início à fase de perguntas e comentários dos presentes.

O Sr. Marcelo Miele (EMBRAPA) sugeriu que, no levantamento sobre aves, se trabalhasse com área total (de galpões) e não com capacidade ou número de galpões. Segundo ele, dependendo do mercado e tecnologia, aloja-se mais ou menos animais ou tem-se um maior número de galpões por área. No caso de suínos, salientou a dificuldade encontrada na análise dos dados do Censo, pois hoje ocorrem três sistemas bem distintos. Além disso, disse que há o surgimento de novos sistemas a cada momento. Concluiu que esta situação deve ser bem avaliada para caracterizar melhor as atividades, já partindo da questão da tipologia. Então, o Sr. Marcelo Duriez colocou que a suinocultura pode ser alvo, depois, de uma pesquisa especial.

Então, o Sr. Luiz Fernando Rodrigues (IBGE/GTA) interrogou se a definição de estabelecimento era a mesma do Censo. O Sr. Marcelo Duriez respondeu que sim, e o Sr. Luiz Fernando complementou, dizendo ser importante manter o mesmo critério para definir com o que se está trabalhando. O Sr. Luiz, em seguida, argumentou que o uso de denominações para a variável “Nome do estabelecimento”, no Censo Agropecuário, tais como “Sítio do Joãozinho” é melhor do que nada, sendo relevante como forma de localização do estabelecimento, quando ocorrer o retorno ao campo. Quanto aos erros de CNPJ dos estabelecimentos no Censo Agropecuário, justificou como sendo decorrentes de falhas da própria pesquisa.

Na sequência, o Sr. Alberto di Sabbato (UFF) sugeriu que a Pesquisa Cadastral Estrutural seguisse os critérios do Censo, quanto às categorias de condição do produtor. Sobre valor e vendas, o representante da UFF assinalou ser melhor perguntar por valor e não por faixa. Por fim, o Sr. Alberto perguntou como são definidos os produtos principais, tendo obtido a resposta de que será pelo maior valor considerado pelo produtor.

O Sr. Luiz Fernando de Oliveira (MPOG) teceu alguns comentários. Disse que faltava uma pergunta de entrada (quantos produtos o sr. produz?), e, a partir dela, se deveria interrogar quais os três principais. Quanto à categoria de bovinos, apontou que não se fala de capacidade de alojamento e meio de confinamento. Então, questionou se não valeria a pena falar em confinamento desses animais. Mais à frente, afirmou ser importante inserir uma pergunta ao produtor, interrogando-o se trabalha em várzea.

O Sr. Alfredo José Barreto (EMBRAPA) pediu a palavra e, quanto ao uso do GPS, colocou que não se justifica dizer que houve falta de sinal. Explicou que, geralmente, o que ocorre é um uso inadequado do equipamento. Ainda apontou que, com o GPS, pode-se ter um efeito de erro em metros, mas isso não é erro grande.

O Sr. José G. Gasques (MAPA), então, passou a comentar sobre a questão do Código Florestal. Salientou que os dados do Censo Agropecuário não respondem a algumas questões, sugerindo que o cadastro tenha um bloco com informações específicas, como por exemplo sobre o tipo de solo. O Sr. Flávio Bolliger (Coordenador da COAGRO) informou que a Pesquisa Cadastral Estrutural não está voltada para descrever o uso do solo, dado que o fim é somente estatístico-cadastral. Aproveitou a oportunidade e explicou que a mesma unidade de investigação do Censo Agropecuário não se confunde com imóvel. Na grande maioria dos casos, o imóvel corresponde à unidade de gestão, mas isso não é regra.

O Sr. Edilson N. da Silva (IBGE/COREN), logo a seguir, afirmou estar impressionado com o tamanho da operação e interrogou sobre a frequência e tipo de atualização do cadastro. Teve como resposta que não seria o país todo, mas uma parte dos estabelecimentos.

O Sr. Mauro Del Grossi (MDA), aproveitando o ensejo, colocou à disposição o cadastro de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e também o do INCRA. Em seguida, questionou como será a atualização do cadastro e se os registros administrativos vão ser úteis ou não. O Sr. Flávio colocou que grande parte dos estabelecimentos, os médios, não estariam nem no cadastro de DAPs, nem no do INCRA. Explicou que o cadastro do IBGE será atualizado todo ano, agregando casos novos e perdas, com auxílio do CEMPRE (Cadastro Central de Empresas – IBGE) e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais – MTE). Colocou também que há um número fixo de unidades amostradas em cada setor, e que o setor não muda. Assim, 1/5 dos casos será atualizado todo ano.

Ao final, ainda ocorreram duas perguntas. A Sra. Lúcia Elena Oliveira (IBGE/CEEC) perguntou sobre o tamanho da amostra, e o Sr. Flávio informou que ainda não foi definido. O Sr. Alfredo José Barreto (EMBRAPA) interrogou se os técnicos do IBGE levariam imagem do setor para o campo, tendo como resposta que sim, pois se usará o mesmo *kit* do Censo.